

Trajetórias em cacos: fragmentos para uma história da luta pela terra no Brasil nos anos 1964-1985

Thiago Lenine Tito Tolentino

Doutorando em História
Universidade Federal de Minas Gerais
thiago_lenine@yahoo.com.br

Resumo: O artigo versa sobre a história dos conflitos nas áreas rurais brasileiras durante o período da ditadura civil-militar brasileira. Trata-se de, a partir de fragmentos biográficos, traçar um panorama nacional acerca da consolidação de um estado de violência, opressão e crime que viceja no contexto agrícola brasileiro. Esquecida pela historiografia tradicional sobre tema, notadamente marcada por uma reflexão urbana, a história da luta pela terra, assim como a de seus mortos e desaparecidos, durante os anos de 1964-1985 revela o quanto, sob o governo dos militares, os direitos humanos, civis e políticos do campesinato nacional foram violentados. Dos seringueiros do Amazonas aos sem-terra do Rio Grande do Sul, o rastro de torturas e assassinatos cometidos, seja por agentes públicos, seja por agentes privados que contavam com a impunidade, é terrífico. Este texto é fruto da pesquisa que contribuiu para a confecção do vídeo “Repressão e Violência no campo” em exposição no “Caminhão Museu Sentimentos da Terra”.

Palavras-Chave: Mortos e Desaparecidos no campo, História da Luta pela Terra, História da Ditadura civil-Militar Brasileira.

Abstract: This article is about the history of violence and torture in Brazilian’s rural areas during the dictatorship (1964-1985). With fragmental biographies of workers peasants, it aims to tell this history in a national context, showing how these experiences reveals the violence that sustained the agro-business’s development in the last decades. The civil-military dictatorship was connived with all the atrocities that characterized the life in the plantations and the small farms. This article is one product of a research that we made to the video’s consecution “Repressão e Violência no Campo” that is in exposition in the “Caminhão Museu Sentimentos da Terra”.

Key-words: Cases of dead and missing people in the Brazilian countryside. History of Struggle for Land, History of Civil-Military Dictatorship Brazilian.

Prólogo

O artigo seguinte é produto de uma pesquisa que realizei no interior do Projeto República: Núcleo de Documentação, Pesquisa e Memória (UFMG), coordenado pela professora dra Heloísa M Starling. Tratava-se de um trabalho historiográfico que envolvia a pesquisa bibliográfica e documental pertinente, além do levantamento de uma série de imagens, gravuras, fotos e desenhos, assim como, filmes e vídeos, para servir de material à execução de um vídeo museográfico, produzido por Gringo Cardia, a ser exposto no itinerante Caminhão-Museu

Sentimentos da Terra¹. Assim, o artigo traz também uma narrativa de imagens que procura, à sua maneira, relatar essa história.

O vídeo exposto chama-se “Repressão e violência no campo: do golpe-civil militar à Nova República”. Sua temática, portanto, era a da história dos trabalhadores rurais brasileiros entre as décadas de 1960 e 1980, especialmente, a violência que passou a marcar as relações trabalhistas e fundiárias. Assim, como este texto pretende mostrar, durante o regime ditatorial, modos de repressão e violência sedimentaram-se no cotidiano da vida rural brasileira [Imagem 1].

Elencamos aqui alguns casos que nos permitem apontar para um fenômeno nacional, uma vez que foram escolhidos personagens de todas as regiões do país: norte, sul, nordeste, sudeste e centro-oeste. Claro que não se trata de dizer que eram todas igualmente violentas e repressoras, mas que nenhuma desconheceu a arbitrariedade terrificante da violência rural.

As vidas aqui registradas são cacos, fragmentos, dentre os milhares de nomes e anônimos que compõem as listas de mortos e desaparecidos no campo brasileiro. Algumas tem um ou outro livro em sua homenagem, mas nada muito profundo ou mais significativo. Assim, as informações biográficas dos personagens aqui tratados foram basicamente extraídas de duas obras:

“*Assassinatos no campo: crime e impunidade*” (1986), publicado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e *Retrato da Repressão Política no Campo* (2010), organizado por Ana Carneiro.



Imagem 1 - Legista observa corpos de lavradores assassinados na Fazenda Ubá. São João do Araguaia, Pará, 1985. Fonte: MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da democracia na nova república*. Editora Hucitec. São Paulo: 1986.

As outras informações foram colhidas em bibliografia suplementar, notícias de jornais e revistas, vídeos e documentários. Dentre estes últimos, destacam-se as obras *Cabra Marcado para Morrer* (1984), dirigido por Eduardo Coutinho, *Igreja dos oprimidos* (1986), dirigido por Jorge Bodanzky e Helena Salem, e *O profeta das águas* (2005), dirigido por Leopoldo Nunes. Este material nos possibilitou articular a trajetória de figuras tão distantes no espaço, mas próximas

¹ O Museu foi inaugurado em março de 2013 e, atualmente, está percorrendo várias cidades do país.

por sua condição de trabalhadores rurais, em uma narrativa que procura apontar para uma história que permanece submersa na memória coletiva.

Uma história que, sem dúvida, constrange. A mera leitura das centenas de casos relatados nos livros citados acima conduziu-nos a uma experiência dramática de perplexidade e impotência. Nomes completos, primeiros nomes, apelidos, anônimos. Desde casos com início, meio e fim, com testemunhas, inquérito policial e julgamento, a casos que se resumem a corpos carbonizados. Relatos sobre relatos, silêncios, esquecimentos, medos, torturas inimagináveis: mel sobre o corpo atado ao chão para que boi lamba a pele até a carne viva tornar-se morta, decapitações, tiros em mães, filhos e pais de família. Sequestros de crianças. Assassinatos em praça pública, em casa, no trabalho, na cadeia, no sindicato rural, na igreja.



Imagem 2 - Mulher grávida assassinada na região do Bico do Papagaio. Autor: Ed Viggiani. *Isto É*, 5/6/1985.

Dados

No Brasil, ainda não foi concluído o processo de identificação do número de mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura civil e militar instaurada com o golpe de estado de 1964. Em sua larga maioria, esses brasileiros eram opositores políticos da ditadura, foram mortos ou estão desaparecidos por ação de autoridade pública entre 1962 e 1985 e o reconhecimento de responsabilidade por parte do Estado na sua morte ou desaparecimento ocorreu em 2007. A soma atinge 396 pessoas, sendo 237 mortos e 159 desaparecidos políticos. A partir da segunda metade da década de 1990, os familiares dos mortos e desaparecidos obtiveram novas informações sobre outros 40 casos ainda não reconhecidos pelo Estado, totalizando 436 nomes.

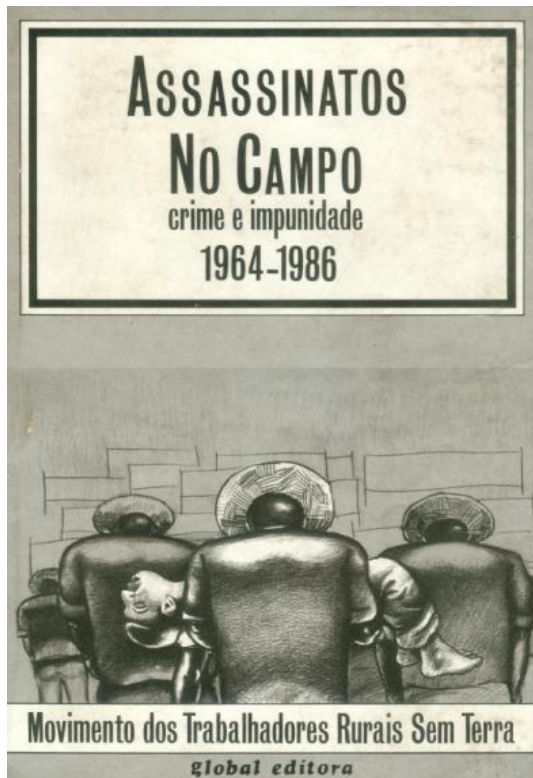


Imagem 3 - Capa do livro *Assassinatos no Campo*, com os dados acerca dos crimes ocorridos nas áreas rurais brasileiras entre os anos 1964-1986. MST. *Assassinatos no campo – crime e impunidade. 1964-1986*. São Paulo: Global, 1987.

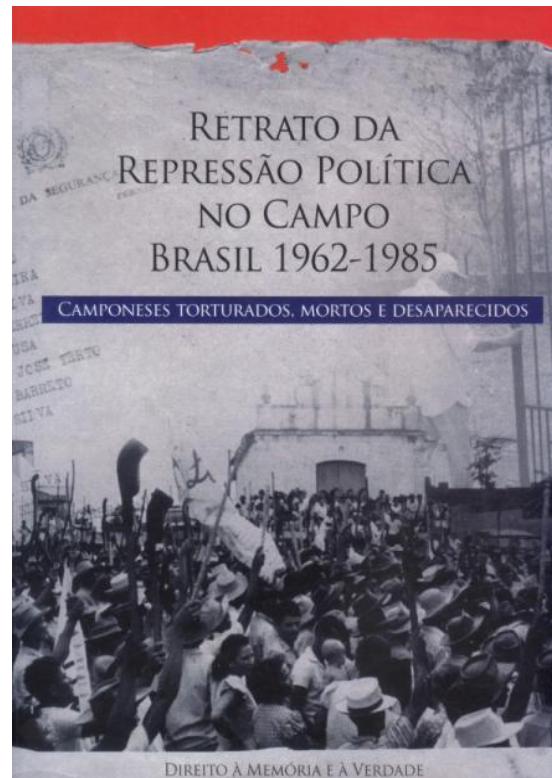


Imagem 4 - Capa do livro *Retrato da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985*. Livros como este revelam a história violenta das relações humanas no campo. In: CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo*. Brasília, MDA: 2010.

As possibilidades de pesquisa e apuração de dados também não foram esgotadas. Permanecem fechados ou com acesso público parcial os arquivos militares, sobretudo os arquivos dos órgãos do Estado que operaram a vasta rede de coleta e análise de informações sobre a sociedade brasileira e suas forças políticas de oposição: Serviço Nacional de Informações (SNI); Centro de Informações do Exterior (CIEEx); Centro de Informações do Exército (CIE); Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA).

Dificuldades de acesso do pesquisador a documentos que se encontram sobre a guarda de arquivos públicos também ocorrem com frequência, seja devido às condições inadequadas de preservação e de disponibilização pública, seja em virtude dos limites impostos pela legislação vigente. Da mesma forma, ainda continua vindo à luz da esfera pública conjuntos documentais de natureza pública, mas que se encontram sob a guarda privada ou documentos pessoais que refletem o testemunho da atuação política de personagens do período.

Dentre os casos de mortes e desaparecimentos políticos ocorridos entre 1962 e 1985, o universo dos camponeses e trabalhadores rurais é o que encontra maiores dificuldades para

mapeamento e identificação. Segundo levantamentos sobre as lutas no campo ocorridas no período entre 1964 e 1986, realizados pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, foram registrados cerca de 1.100 assassinatos nessa área. Boa parte desses crimes permanece sem identificação ou sem que a investigação sobre suas circunstâncias tenha obtido informações conclusivas².

Aos cacos...

As dificuldades para identificação dos acontecimentos políticos e dos atingidos pela repressão política no campo têm duas causas principais. Por um lado, os crimes cometidos no campo brasileiro tiveram como protagonistas jagunços, capangas, milícias paramilitares constituídas por proprietários rurais – são crimes cometidos por grupos de extermínio privados, embora tenham contado com o beneplácito ou com a omissão do Estado brasileiro. Por outro lado, são crimes ocorridos, em sua maior parte, em conflitos de terra no Brasil. Esses conflitos demonstraram extraordinária força e capacidade de intervenção pública ao longo da nossa trajetória republicana e foram sendo colocados no topo da agenda política do país no início dos anos 1960. Contudo, a história das propostas, das lutas e, sobretudo dos personagens que tiveram atuação política no cenário rural brasileiro ainda não se encontra ancorada na cena pública, nem pela construção de uma memória comum, nem pelo reconhecimento dos direitos fundamentais da cidadania – entre eles, o reconhecimento das mútuas relações entre o direito à verdade, à história e ao acesso à justiça.

Esta é uma história que se situa numa encruzilhada de perspectivas clássicas acerca da realidade campesina no país. De fato, são de conhecimento amplo os processos estruturais que marcaram, a partir da segunda metade anos 1960, o caráter da vida rural no Brasil. Especialmente, fazemos referências aos grandes processos de êxodo rural que, por fim, inverteram a proporção entre população rural e urbana, em benefício desta última, assim como, a instalação da agroindústria como modelo generalizado de desenvolvimento econômico no campo. Com uma política de crédito agrícola, benefícios fiscais e valorização do latifúndio, sem dúvida, foram as classes patronais do mundo rural as que mais se beneficiaram com o direcionamento político-econômico para o campo desenvolvido durante o regimes ditatorial³.

² Cf. BRASIL. Secretária Especial de Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória*. Brasília: SEDH, 2007; CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*. Brasília: MDA, 2010; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*. São Paulo: Global, 1987.

³ Cf. PALMEIRA, Moacyr; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas: reflexões sobre a questão agrária. Captado em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5214&Itemid=360. Acessado em 18 jan. 2014.

Quando o Golpe de 1964 irrompeu, havia organizações camponesas por quase todo o Brasil⁴. Em cada lugar, as disputas em torno dos direitos dos trabalhadores rurais e da Reforma Agrária eram tensas, muitas vezes violentas, mas havia espaço para a atuação decisiva de órgãos como os Sindicatos Rurais, as Ligas Camponesas, as Associações e Federações de Trabalhadores Agrícolas. E será justamente a aniquilação ou intervenção nestes órgãos que caracterizará as primeiras iniciativas do governo golpista em relação às organizações camponesas, perseguindo suas lideranças e condenando seus ativistas. A luta pela terra e por direitos, porém, conheceu respostas do governo, tais como: o Estatuto do Trabalhador Rural (1963), o Estatuto da Terra (1964) e uma legislação previdenciária nos anos 1970. Observar os limites de visão destes textos, assim como, a amplitude de aplicação real de tais políticas não será objeto deste artigo. Porém, quando observamos uma trajetória como a de Margarida Alves, diretora sindical assassinada pela luta por carteiras de trabalho assinadas e reconhecimento dos direitos trabalhistas de lavradores e pequenos proprietários, podemos notar como era difícil fazer a letra da lei valer alguma coisa no interior das realidades rurais brasileiras.

Trataremos aqui de trajetórias individuais, de experiências específicas que nos permitem contemplar e retomar histórias de luta e violência no cenário rural brasileiro nos anos da ditadura. Poderíamos, neste sentido, retomar algumas reflexões sobre o papel do indivíduo na história, da importância dos personagens e trajetórias singulares à compreensão do passado, assim como para a crítica à construção de passados tradicionais, quer dizer, de uma história oficial, nem sempre disposta a enfrentar temas espinhosos e contraditórios no processo de autoreconhecimento coletivo. Seja a partir da microhistória, da prosopografia ou das reflexões teóricas sobre os processos de justiça de transição, retomar trajetórias individuais tem sido um meio eficiente para se construir histórias fora do marco meramente estruturalista e generalista⁵. O que a análise possa perder em termos de criação de modelos explicativos e conceitos gerais, ela ganha em compreensão dos enredos vividos no interior de processos históricos complexos.

⁴ “Estima-se que em 1963, em 18 das 22 unidades federativas estavam presentes várias Ligas [Camponesas], sendo que em Pernambuco, com 64, era o estado com o maior número de Ligas organizadas, de um total de 218 pelo país”. ESTEVES, Leandro da Silva; MOTTA, Márcia. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (orgs.). *Formas e resistência camponesa: visibilidade e diversidade ao longo da história*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2009, p. 248.

⁵ Cf. GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia das Letras, 2006; LEVI, Giovanni. Les usages de la biographie. *Annales, Sciences Sociales*, Paris, vol 44, Número 6, 1325-1336, Ano 1989. SARLO, Beatriz. A retórica testemunhal. *Tempo passado*. Trad. Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

No início do ano de 1972, a atuação dos militantes revolucionários na região do Bico do Papagaio fora descoberta pelos órgãos de repressão da Ditadura militar. Em outubro de 1973, o Exército articula, então, uma ampla ofensiva mobilizando soldados disfarçados, que coletavam informações junto à população, e contingentes armados vigorosos. Pela terra e pelo ar os militares cercaram toda a área [Imagens 7, 8 e 9]. Nas operações Sucuri e Marajoara, a ordem era não manter prisioneiros, o que significava a execução de todos aqueles que fossem considerados guerrilheiros ou simpatizantes comunistas. Após quatro meses, a guerrilha acabara, líderes, militantes e camponeses foram assassinados. Vários corpos foram enterrados na selva ou atirados nos rios que cercam a região⁷. O clima de terror e medo, porém, não se encerrou após as ofensivas militares.



Imagem 7 - Deslocamento militar na guerrilha do Araguaia. S/autor. *Isto É*, 4/9/1985.



Imagem 8 - Avião do exército joga mantimentos para seus soldados na região do Araguaia. Fonte: MORAIS, T & SILVA, E. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha, 2005.



Imagem 9 - Chegada das tropas militares na região do Araguaia. Fonte: MORAIS, T & SILVA, E. Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha, 2005.

guerrilha rural. Foi dessa decisão que resultou a luta guerrilheira”. POMAR, Wladimir. *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980, p. 2.

⁷ Sobre operações militares, confrontos e mortes durante a guerrilha, conferir: MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo Geração Editorial, 2005.

A partir de então, organizações em defesa dos trabalhadores rurais e mesmo lideranças religiosas eram perseguidas por forças do regime, enquanto jagunços, pistoleiros e policiais agiam livremente em favor dos interesses de grandes fazendeiros e proprietários locais⁸. Em 1980, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) [Imagem 10]. O seu representante na resolução de conflitos, era Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, responsável pelas manobras militares na erradicação da Guerrilha do Araguaia. A atuação desse órgão na região acabou por consolidar a presença das grandes empresas do sul em detrimento da ocupação produtiva dos pequenos trabalhadores⁹ [Imagens 11 e 12]. O major Curió teve atuação irrestrita no interior do país, tendo participado da repressão aos movimentos de trabalhadores rurais tanto na região do Araguaia, quanto no sul do país, durante os acontecimentos em Encruzilhada Natalino. [Imagens 13, 14 e 15]¹⁰.



Imagem 10 - A área do GETAT. Autor: Laércio d'Angelo e Carlos Mendes. Veja, 13 de fevereiro de 1980.

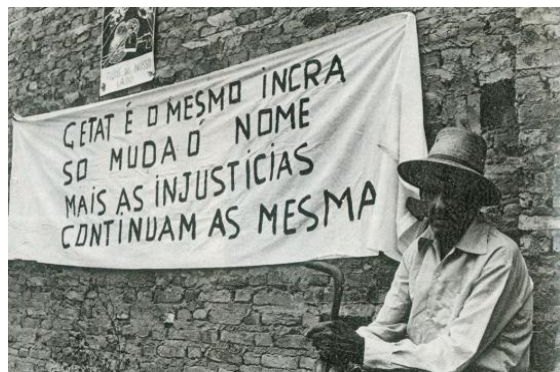


Imagem 11 - Faixa em protesto contra a atuação do GETAT em Augustinópolis/TO. http://www.arquivonacional.gov.br/seminario/edicao-1/destaque2_en.html



Imagem 12 - Camponeses correram aos órgãos responsáveis por distribuição de terras. O Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) foi ineficaz em seus objetivos de resolução dos conflitos agrários e assentamento dos trabalhadores rurais. Autor: Sérgio Borges. Local: Araguaína. Veja, 12/06/85

⁸ Sobre condições violentas a que o trabalhador do campo estava submetido, conferir: FAJARDO, Elias. *Em julgamento* – a violência no campo. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

⁹ Sobre atuação do GETAT e do Major Curió, conferir: PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*. 2011, v.6, n.3, p. 479-499.

¹⁰ Sobre Encruzilhada Natalino, nascimento do MST e atuação do Major Curió, conferir: MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

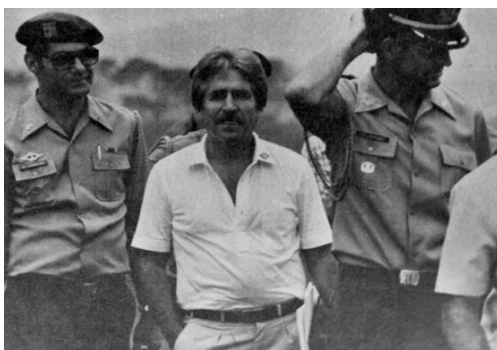


Imagem 13 - Major Curió responsável pelas manobras militares durante a Guerrilha do Araguaia e depois pela atuação do GETAT na mesma região. Autor: Carlos Namba. *Veja*, 12 de novembro de 1980.



Imagem 14 - Major Curió atuando na retirada dos acampados em Encruzilhada Natalino, local entre as cidades de Passo Fundo e Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Autor: Jorge Meditschi. *Veja*, 5 de agosto de 1981.

Segredos da mata

*Um agente do SNI circula
pelas selvas da Amazônia com três
identidades diferentes*

Imagem 15 - Manchete sobre a atuação do Major Curió na região do Araguaia. Autor: Carlos Namba. *Veja*, 12 nov 1980.

Nos anos 1970, a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras em direção ao norte do país era marcada por discurso grandiloquente e desenvolvimentista acerca do crescimento do Brasil. Na esteira do milagre econômico, o governo militar angariava milhares de colonos de diferentes partes do país que teriam a possibilidade de ascender socialmente trabalhando em obras como a Transamazônica e habitando seus arredores [Imagem 16]. Do Acre ao Maranhão, o deslocamento de pessoas era enorme [Imagens 17, 18 e 19]. A expansão em direção ao norte, porém, desconhecia o direito dos povos indígenas e também de populações de culturas tradicionais, como os seringueiros. A contra face do Brasil grande e auto-suficiente, era a de um Brasil pobre e extremamente carente [Imagens 20, 21 e 22]¹¹.



Imagem 16 - Transamazônica. Década de 1970. . Autor: *Abril press*. *Abril*. In: *Nosso Século – 1960-1980*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

¹¹ Sobre situação dos trabalhadores rurais e, especialmente, dos seringueiros na região amazônica, conferir: BRANCO, Samuel Murgel. *O desafio amazônico*. São Paulo: Moderna, 1989; REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*. O assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.



Imagem 17 - Em excursão pela Amazônia o fotógrafo francês Bruno Barbey retratou os trabalhadores vindos de todas as partes do Brasil com a esperança de uma vida melhor e suas precárias condições nas diversas frentes de trabalho geradas pela construção da Transamazônica. Data: 1973. Local: Amazônia. Fonte: "Manchete", 02.06.1973. Autor: Bruno Barbey.



Imagem 18 - Colonos desembarcando em Altamira/PA. 1972. Autor: Carlos Namba/Abril. In: *Nosso Século – 1960-1980*.



Imagem 19 - Colonos gaúchos na Transamazônica. Autor: Carlos Namba/Abril. In: *Nosso Século – 1960-1980*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.



Imagem 20 - Posseiros armados na região amazônica. Autor: Irmo Celso. Veja, 27/08/80.

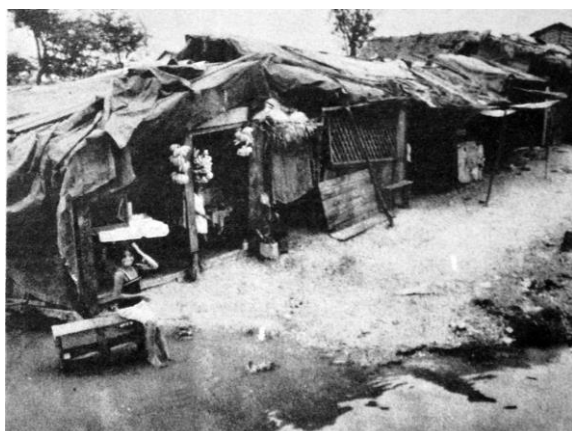


Imagem 21 - As agrovilas construídas ao longo da transamazônica tornaram-se espécies de favelas em plena floresta Amazônica. Autor: Salomom Cytrynowick. Veja 13/02/1980.



Imagem 22 - As agrovilas construídas ao longo do percurso da estrada transformaram-se em rincões de miséria. Autor: Ademar Silva. Veja 13/02/1980.

Um dos movimentos mais importantes surgidos neste processo é o que irrompe no Acre a partir da resistência dos seringueiros frente à expansão do poder latifundiário na região [Imagem 23]. Em 1975, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, na fronteira do Brasil com a Bolívia. O sindicato pretendia impedir os processos desencadeados de transformação da mata florestal em pasto para o gado das fazendas de grandes proprietários que vinham do sul do país. Neste movimento, famílias inteiras de seringueiros e de pequenos lavradores eram perseguidas por jagunços, capangas e pistoleiros. Já em 1979, o sindicalista Wilson Pinheiro destacava-se como um dos principais articuladores da resistência dos posseiros e seringueiros frente à ofensiva do agronegócio no interior da floresta [Imagem 24]. As grandes empresas de criação de gado e de agricultura extensiva objetivavam desmatar a floresta, a fim de criar os pastos e terrenos adequados a sua produção, expulsando os posseiros [Imagens 25, 26, 27 e 28]. As invasões de casas por jagunços e até mesmo soldados eram acompanhadas por violências físicas, torturas e assassinatos, conforme se depreende dos relatos coletados.



Imagem 23 - Seringueiros preparados para o enfrentamento contra jagunços e pistoleiros que estavam expulsando-os para o desmate da floresta em nome do agronegócio. Direitos: Andrew Ravkin. In: REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*. O assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.



Imagem 24 - Primeiro à esquerda, Wilson Pinheiro, presidente do primeiro sindicato de trabalhadores rurais no Acre, assassinado por pistoleiros em julho de 1980. Direitos: Andrew Ravkin. In: REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*. O assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.



Imagem 25 - Trabalho de desmatamento na Amazônia. Autor: Carlos Humberto. *Manchete*, 21/4/1984.



Imagem 26 - Criação de Búfalos na Amazônia. Autor: *Abril Press Veja*, 13 de março de 1974.

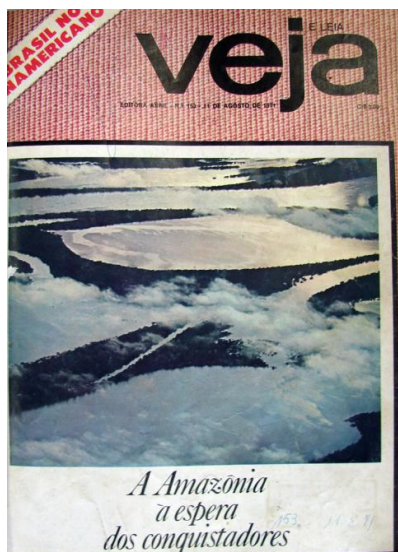


Imagem 27 - Capa da Revista *Veja* sobre expansão para a Amazônia. *Veja*, 11 de agosto de 1971

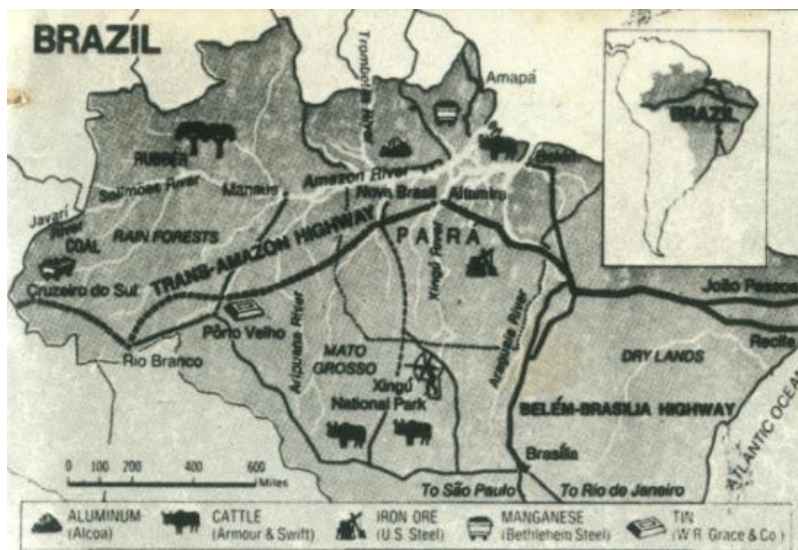


Imagem 28 - Mapa com as riquezas econômicas da região norte do país. O mapa revela a orientação econômica empresarial internacional. Autor: *Abril press*. Abril. In: *Nosso Século – 1960-1980*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

Refugiar-se nas matas era a única medida de proteção da população desamparada por um Estado comprometido com os interesses dos latifundiários e empresas do agronegócio. Em 1980, Wilson Pinheiro, então presidente do sindicato de Brasília, foi assassinado com um tiro nas costas. Sua ação à frente do Sindicato, porém, já tinha rendido os frutos necessários para a mobilização de uma gama enorme de produtores e seringueiros em torno da identidade “povos da floresta” [Imagem 29]. Tratava-se, desde então, de defender os direitos dos trabalhadores rurais, seringueiros e pequenos produtores, assim como, a preservação do meio ambiente¹². Chico

Mendes, imediato sucessor de Wilson Pinheiro, foi um dos maiores líderes em torno da causa dos “povos da floresta”. No ano de 1988, também foi assassinado, revelando a permanência da violência nas áreas rurais do norte do país [Imagens 30 e 31].



Imagem 29 - Encontro de trabalhadores rurais em Brasília. Direitos: Andrew Ravkin. In: REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*. O assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

¹² São muito escassas as informações sobre a vida e trajetória de Wilson Pinheiro, além das notícias de revistas e jornais por nós consultadas, como referência bibliográfica, sugerimos: CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*, 277; REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*.

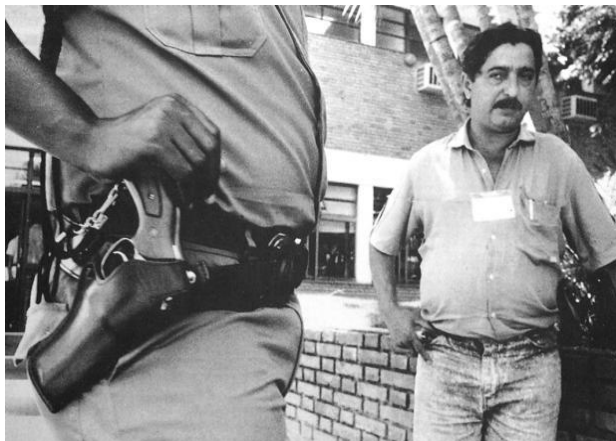


Imagem 30 - Por sofrer várias ameaças de morte, Chico Mendes, em viagem a São Paulo, teve escolta policial. Direitos: Andrew Ravkin. In: REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*. O assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves



Imagem 31 - Protesto em Rio Branco reuniu mais de 6 mil seringueiros contra a violência no campo e pela proteção da floresta. Nos estandartes, as imagens de Chico Mendes e Ivair Higino, assassinados por jagunços. Direitos: Andrew Ravkin. In: REVKIN, Andrew. *Tempo de queimada, tempo de morte*. O assassinato de Chico Mendes e a luta em prol da Floresta Amazônica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

Devido à repressão às organizações trabalhistas autônomas e à perseguição aos candidatos de oposição às chapas governistas nos sindicatos rurais, a atuação dos líderes religiosos teve papel destacado na luta pelos direitos do trabalhador rural, principalmente nas regiões centro-oeste e norte do país, nas áreas do Bico do Papagaio, do sul do Pará e noroeste do Mato Grosso [Imagens 32, 33, 34 e 35].



Imagem 32 - Trabalhadores rurais sob a mira de armas em fazenda da região do Bico do Papagaio. Autor: Ed Viggiani. *Isto É*, 5/6/1985.



Imagem 33 - Lavrador vítima de violência de jagunços na região do Bico do Papagaio, na divisa entre o Pará e o então norte do Estado de Goiás, uma área marcada pela violência dos conflitos por terra. Autor: Orlando Brito. *Veja*, 19/06/85.



Imagem 34 - Mapa com destaque a região do Pará e Bico do Papagaio nomeada como zona de guerra. *Veja*, 16 de outubro de 1985.



Imagem 35 - Posseiros armado na região do Araguaia. Autor: Carlos Namba. *Veja*, 11/06/80.

Religiosos como D Pedro Casaldáliga e D Tomás Balduino viajavam por esses lugares coordenando ações religiosas e sociais – missas, comunidades de base, auxílio institucional - fortalecendo a resistência dos trabalhadores rurais [Imagens 36, 37 e 38]. Eles destacavam-se no



Imagem 36 - D. Pedro Casaldáliga em contato com posseiros na região do Araguaia. Autor: Walter Firmo. Veja 29/12/76

cenário nacional como seguimentos de uma igreja que procurava sanar as violências e injustiças no campo [Imagem 39]. Vários eram os párocos que atuavam no mesmo sentido [Imagens 40, 41, 42, 43 e 44]¹³. Em 1981, dois padres franceses, Aristides Camio e Francisco Gouriou, foram presos acusados de incitarem uma emboscada contra uma caravana de funcionários do GETAT que estava acompanhada por empregados de fazendas da região de São Geraldo do Araguaia [Imagem 45].



Imagem 37 - D. Pedro Casaldáliga. Autor: Beth Cruz. *Isto É*, 21/7/1982.

Imagem 38 - Pedro Casaldáliga viajando pelos rios pelo interior do Brasil. Autor: Walter Firmo. *Veja*, 29 de dezembro de 1976.

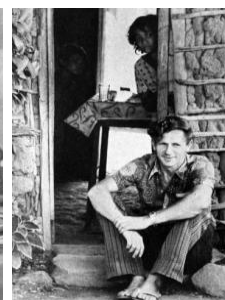


Imagem 39 - Pedro Casaldáliga e D Tomás Balduino realizam missa na região do Araguaia. Autor: Juca Martins. *Isto É*, 9/9/1981.

Imagem 40 - Padre Ricardo, atuante na região de conceição do Araguaia. Autor: Sérgio Moraes. *Isto É*, 4/6/1986.

Imagem 41 - Padre Renato, atuante na região de Diamantino, no Mato Grosso. Autor: Marcos Santilli. *Veja*, 29 de dezembro de 1976.

Porque caçam estes padres

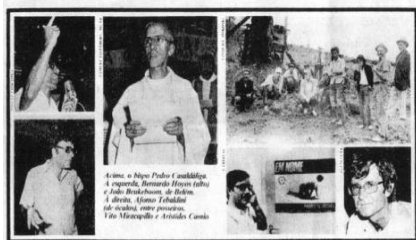


Imagem 42 - Religiosos perseguidos por defenderem trabalhadores rurais. Fonte: CARNEIRO, Ana. *Retratos da repressão política no campo. Brasil 1962-1985*. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. MDA. Brasília: 2010.

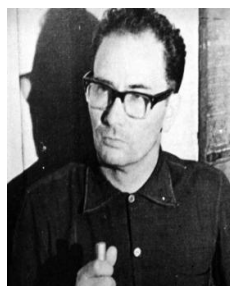


Imagem 43 - Pe. Florentino Maboni, atuava no Pará. Autor: Rodolfo Gerardt. *Veja*, 29 de dezembro de 1976. (à esquerda)

Imagem 44 - Pe. alemão Rudolf Georg Lukenbein, assassinado no Mato Grosso. *Veja*, 21 de julho de 1976. (no centro)

Imagem 45 - O padre francês Aristides Camio atuando na região do Araguaia. Em 1981, fora preso junto com o padre francês Francisco Gouriou. Autor: Carlos Namba. *Veja*, 9 de setembro de 1981.

¹³ Cf. MARTINS, Edilson. *Nós do Araguaia*: Pedro Casaldáliga: o bispo da teimosia e da liberdade. Rio de Janeiro : GRAAL, 1979.

A polêmica em torno deste fato revelou o quanto as relações entre a igreja e as questões políticas tornaram-se tensas. Em pesquisa realizada com os maiores latifundiários do Brasil na década de 1980, mais de noventa por cento mostrou-se contra a atuação de religiosos junto ao trabalhador do campo [Imagem 46]¹⁴. A repercussão desta atuação era grande. Os livros de D Casaldáliga, por exemplo, figuravam entre os *Best-sellers*¹⁵ do período e sempre traziam em sua temática a questão da justiça nas relações trabalhistas e humanas.

A atuação de padres e religiosos começou a ser temida e combatida por fazendeiros e políticos locais [Imagens 47, 48 e 49]. Em alguns lugares proibiu-se mesmo a visita de qualquer tipo de líder religioso [Imagem 50]. A atuação das comunidades de base ligadas às igrejas também crescera de forma significativa, aumentando a resistência dos trabalhadores rurais frente às violências de fazendeiros, grileiros e policiais.



Imagem 46 - Pesquisa com latifundiários revelava que a grande maioria era contrária a atuação de padres nas áreas rurais, revelando a força que esta categoria tinha junto aos trabalhadores do campo. *Isto É*, 17 de setembro de 1986.

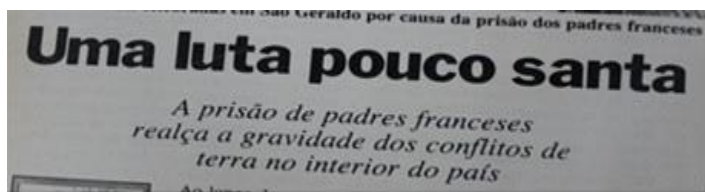


Imagem 47 - Notícia sobre prisão dos padres franceses Aristides Camio e Francisco Gouriou que atuavam na região do Araguaia. *Veja*, 16 de setembro de 1981.



Imagem 48 - Notícia sobre relação tensa entre estado e igreja. *Veja*, 29 de dezembro de 1976.

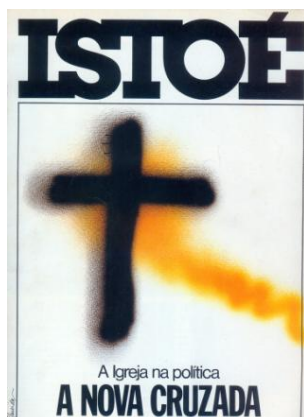


Imagem 49 - Capa da revista com tema sobre atuação política da igreja. Autor: Almeida. 9/9/1981.



Imagem 50 - Em São Félix do Araguaia, o prefeito proibiu a aproximação de padres com os lavradores da região por acreditar que estes seriam influenciados pelos clérigos a se armarem para garantir seu direito pela terra. Autor: Walter Firmo. *Veja*, 29/12/76.

¹⁴ Entre os entrevistados, mais de noventa por cento eram favoráveis à legalização dos partidos comunistas e noventa e três por cento eram contrários à atuação de padres no auxílio à resolução das questões sociais e políticas envolvendo trabalhadores rurais. Cf. *Isto É*, 17 de setembro de 1986, p. 56.

¹⁵ Sua obra *Creio na justiça e na esperança*, figurava como a terceira mais vendida dentre os gêneros não ficcionais. Cf. *Veja*, 26 de abril de 1978, p. 134.

Em abril de 1980, desapareceu Raimundo Ferreira Lima, conhecido como Gringo [Imagem 51]. Sua atuação junto às Comunidades Eclesiais de Base da Prelazia era intensa [Imagens 52 e 53]. Era pai de 11 filhos e cultivava uma pequena propriedade na região de Conceição do Araguaia. Foi candidato de oposição para presidência o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Sofrera vários assédios por policiais e jagunços da região, tendo sua casa sido invadida e sua família ameaçada. Foi espancado e assassinado a tiros na região de Araguaína, quando retornava de um encontro de líderes sindicais em São Paulo. Seu corpo foi encontrado em maio de 1980¹⁶. Seu assassino ficou impune. A memória, porém, em torno de seu nome e sua luta se fez presente quando, alguns anos depois, a sua chapa de oposição venceu, finalmente, as eleições para a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia. Seu nome era lembrado nas missas do padre Ricardo Rezende Ferreira¹⁷, importante religioso que ajudara a organizar a resistência dos trabalhadores rurais na região do Araguaia.

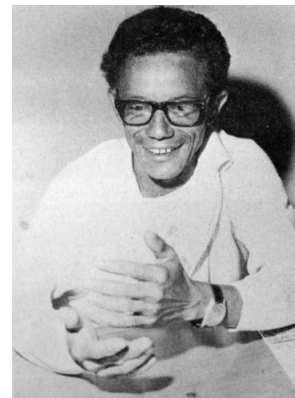


Imagem 51 - Líder sindical Raimundo Ferreira Lima - o Gringo, assassinado em 1980 na região do Araguaia. Autor: Marisa Uchiyama. *Veja*, 11 de junho de 1980.



Imagem 52 - Notícia sobre assassinato do líder sindical Raimundo Ferreira Lima - o Gringo. *Movimento*, 1980. In: CARNEIRO, Ana. *Retrato da repressão política no campo*. Brasília, MDA: 2010.



Imagem 53 - Membros de uma Comunidade Eclesial de Base. Autor: Amilton Vieira. *Veja*, 17 de dezembro de 1980.

Os ativistas católicos eram vítimas da violência desmesurada que caracterizava o mundo rural brasileiro. Em 1976, o padre João Bosco Penido Burnier foi assassinado em Ribeirão Bonito, Mato Grosso. Foi morto por um policial na porta da delegacia da cidade, quando,

¹⁶ Cf. CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*.

¹⁷ Um pouco da atuação do padre Ricardo Rezende está registrada no documentário “Igreja dos oprimidos” (1986), dirigido por Jorge Bodansky e Helena Salem. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=gaK8z0V61Xs>

acompanhado por D. Pedro Casaldáliga, protestara contra a tortura de três mulheres da região que haviam sido presas. [Imagem 54] O padre Josimo Moraes Tavares era conhecido como “o padre negro das sandálias surradas” [Imagem 55]. Desde 1983, atuava nas cidades na área do Bico do Papagaio. Josimo era um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra na região e dedicara-se a fazer renascer a esperança no interior das famílias de trabalhadores rurais ainda marcadas pelos horrores deixados pela Guerrilha de Araguaia. Sua atuação em defesa dos camponeses e de denúncia das violências sofridas por eles desagradava aos fazendeiros e autoridades locais. A partir de 1984, começara a ser alvo de várias ameaças de morte, tendo sido vítima de um atentado contra sua vida em abril de 1986.



Imagem 54 - Identificado na foto, o padre João Bosco Penido Burnier, assassinado em Ribeirão Bonito, Mato Grosso. O padre foi morto por um policial na porta da delegacia da cidade, quando acompanhado por D. Pedro Casaldáliga, foi protestar contra a tortura de 3 mulheres da região que haviam sido presas. Os padres que apoiavam a causa dos trabalhadores rurais da região foram tratados como subversivos pelos policiais e Burnier assassinado. Autor: Abril Press. Veja 27/1976



Imagem 55 - Missa de sétimo dia pela alma do padre Josimo Moraes Tavares, assassinado por jagunço em Imperatriz, Maranhão. Autor: Chico Ferreira. Veja 28/05/86.

No dia 10 de maio de 1986, o padre Josimo Moraes Tavares foi assassinado com um tiro nas costas, na cidade de Imperatriz/MA [Imagens 56, 57 e 58]. Seu cortejo contou com milhares de trabalhadores rurais, religiosos e agentes da pastoral, tornando-se um grande evento de denúncia contra a violência, a impunidade e ao desamparo que caracterizava os moradores da região. Seu assassinato teve repercussão nacional e revelava a fragilidade da realidade camponesa brasileira, mesmo quando o país já possuía um civil no poder¹⁸.



Imagem 56 - Manchete sobre atuação dos padres nas áreas de conflito rural. *Isto É*, 18/6/1986.

¹⁸ Cf. CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*; CPT. *Pe. Josimo: a velha violência da Nova República*. São Paulo: CPT, 1986; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*.

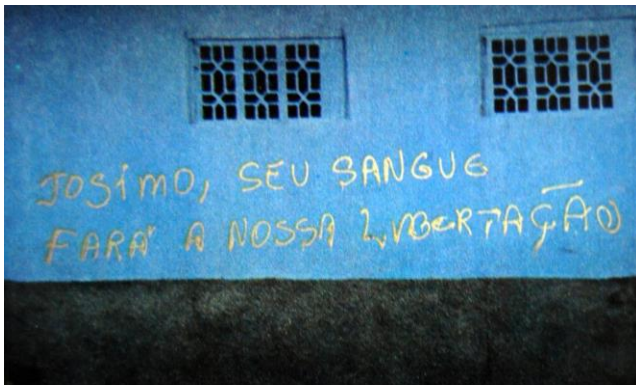


Imagem 57 - Muro pichado em Imperatriz-MA em homenagem ao padre Josimo Moraes, assassinado a tiros por um pistoleiro. Autor: João Ramio. Veja 21/05/86.



Imagem 58 - Marcha em protesto ao assassinato do Pe Josimo Moraes Tavares. CPT. *Pe Josimo: a velha violência da Nova República*. São Paulo: CPT, 1986.

A região sudeste também conheceu as violências desencadeadas nas áreas rurais brasileiras durante a ditadura militar. Um acontecimento revelador desta história ocorrera na cidade de Chapada Gaúcha, no norte do estado de Minas Gerais. Desde 1979, um grupo de colonos oriundos do sul do país ocupava a região que, por essa razão, era conhecida como Vila dos Gaúchos [Imagem 59]. As terras, porém, começaram a ser procuradas por agentes ligados a grandes empresas para o plantio de eucalipto e pinho. Rapidamente as ações dos grileiros fizeram-se sentir: expulsão dos pequenos proprietários, ameaça aos moradores, cercamento de terras e compras a preço baixo. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco, responsável pela então Vila dos Gaúchos, atuou firmemente no combate às ações de grilagem. Eleito presidente do Sindicato em 1981, Eloy Ferreira da Silva tornou-se a principal liderança dos posseiros e trabalhadores rurais de Chapada Gaúcha. Um de seus maiores feitos foi a coordenação da desapropriação da fazenda Vereda Grande, onde viviam dezenas de famílias de posseiros, constantemente ameaçadas por fazendeiros e jagunços. Perseguido e sofrendo ameaças, Eloy acabou, em

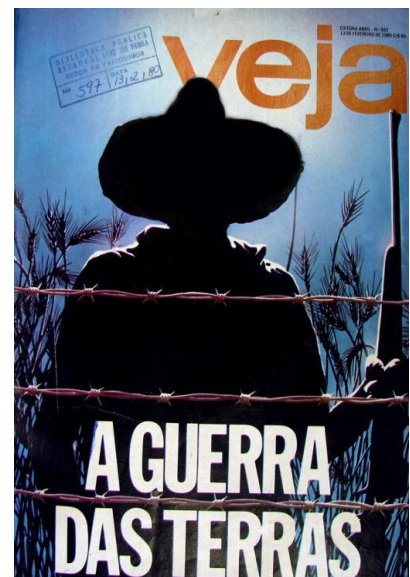


Imagem 59 - Capa da revista *Veja* sobre conflitos no campo. *Veja*, 13 de fevereiro de 1980.

dezembro de 1984, sendo assassinado a tiros por Paulo Leonardo [Imagens 60, 61 e 62]. O nome do sindicalista, porém, tornou-se um marco na memória da região, batizando ruas e lugares da cidade de Chapada Gaúcha. Seu nome também é homenageado pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), em Belo Horizonte¹⁹.



Imagem 60 - Sindicalistas prestam homenagem a Eloy Ferreira da Silva, líder do sindicato rural de São Francisco, Minas Gerais, assassinado em 16/12/1984. Fonte: AMADO, J. *Eloy – morre a voz, nasce o grito*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.

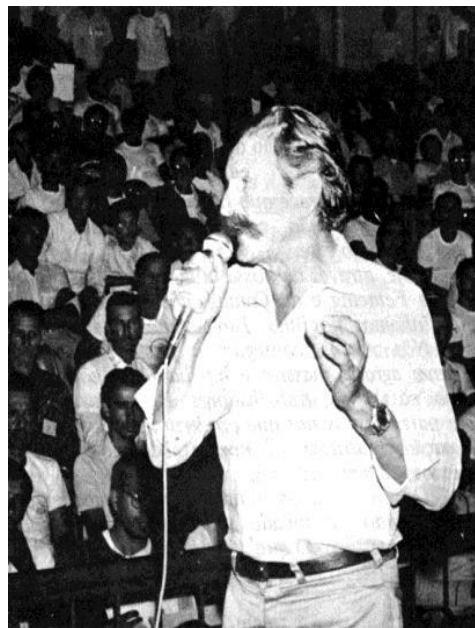


Imagem 61 - Eloy Ferreira da Silva, líder do sindicato rural de São Francisco, Minas Gerais, assassinado em 16/12/1984, discursando em congresso camponês. S/Autor. Fonte: AMADO, J. *Eloy – morre a voz, nasce o grito*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.



Imagem 62 - Sindicato dos trabalhadores rurais de São Francisco, Minas Gerais. S/autor. Fonte: AMADO, J. *Eloy – morre a voz, nasce o grito*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985.

O estado da Paraíba, e a região nordeste em geral, foi palco de vários conflitos envolvendo trabalhadores rurais e grandes proprietários de terra. O trabalho nas fazendas de cana-de-açúcar, não raro sem as mínimas condições e direitos respeitados, conforma uma das maneiras mais antigas de exploração da mão de obra rural na região. Mormente entregues a uma condição sazonal de emprego e submetidos aos desmandos dos usineiros, os trabalhadores dos canaviais da Paraíba tinham, durante a ditadura, apenas os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais para lhes prestar suporte

¹⁹ AMADO, J. *Eloy – morre a voz, nasce o grito*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1985. CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*; FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *Margarida, Margaridas - Memória de Margarida Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas*. João Pessoa: Ed Universitária, 2006; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*.

jurídico trabalhista. Na cidade de Alagoa Grande, a presidente sindical Margarida Maria Alves teve ação destacada nos anos 1970-1980. Ocupou o cargo por 12 anos, chegou a mover mais de 600 ações trabalhistas contra senhores de engenho da região. Procurava garantir aos trabalhadores rurais o acesso à carteira assinada, 13º salário, redução da jornada de trabalho e férias. Margarida recebera várias ameaças de morte, dizia, porém, que era “preferível morrer na luta que morrer de fome”. Em sua atividade política, figurou ao lado de nomes como Paulo Freire, Lula e Betinho. No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves foi assassinada a tiros à porta de sua casa, em frente ao filho de dez anos e de seu marido. Tanto o assassino quanto os mandantes do crime ficaram impunes. A memória de Margarida Maria Alves, porém, é um marco na história da luta pela terra e pelos direitos humanos no Brasil. Sua casa tornou-se um lugar de memória [Imagens 63, 64, 65 e 66]. Em 1994, seu nome foi homenageado pelo arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que criara a “Fundação de Defesa dos Direitos Humanos ‘Margarida Maria Alves’”. Também em sua homenagem, desde o ano 2000, entidades de trabalhadores rurais organizadas pela Contag e pela CUT realizam a “Marcha das Margaridas”, movimento que reúne milhares de mulheres trabalhadoras em Brasília²⁰.



Imagem 63 - Protesto de trabalhadores rurais na Paraíba contra os senhores de engenho e à violência no campo. Autor: Tereza Braga. *Isto É*, 7/9/1983.



Imagem 64 - A casa de Margarida Maria Alves na cidade de Alagoa Grande – PB. Transformada em lugar de memória em torno da líder sindical. In: FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *Margarida, Margaridas - Memória de Margarida Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas*. João Pessoa: Ed Universitária.

²⁰ CARNEIRO, Ana (org). *Retrato da Repressão Política no Campo*; FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. *Margarida, Margaridas - Memória de Margarida Alves (1933-1983) através das práticas educativas das Margaridas*. João Pessoa: Ed Universitária, 2006; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*.



Imagem 65 - Cordel sobre o assassinato de Margarida Alves. S/Autor. *Isto É*, 7/12/1983.



Imagem 66 - Cartaz da Marcha das Margaridas. S/autor. 2011. <http://blogtati.wordpress.com/2011/07/18/marcha-das-margaridas/>

Os três estados da região sul do Brasil conheceram intensa movimentação em torno dos direitos dos trabalhadores rurais no início da década de 1980. Em 1983, mais de seiscentas famílias de trabalhadores rurais provenientes do sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina, realizaram a ocupação de uma área de cerca de quatro mil hectares de terra no município de Marmeleiro, estado do Paraná. Tratava-se de uma fazenda esgotada pela extração de madeira e que pertencia ao grupo gaúcho Anoni. O terreno fora desapropriado em 1980 pelo Incra, porém, seu proprietário João Icarton, não acatou a decisão. Contratou vários jagunços para expulsar os trabalhadores que ali estavam acampados. O posseiro João Maria de Paula de 52 anos, casado e pai de nove filhos, foi assassinado por pistoleiros. Não houve julgamento dos responsáveis. Apesar do assassinato de João Maria, as centenas de famílias que ocuparam a fazenda resistiram no local. Nascia então uma das bases que fortaleceram o nascimento de um dos maiores movimentos brasileiros na luta pela terra. A ocupação e assentamento dos trabalhadores de Marmeleiro, na fazenda Anoni no Paraná somava-se às vitórias obtidas no Rio Grande do Sul, que culminaram na Encruzilhada Natalino, e às mobilizações no leste Santa Catarina [Imagens 67, 68, 69, 70, 71 e 72].



Imagem 67 - Ocupação da fazenda Annoni no Rio Grande do Sul. Origens do MST. Autor: Adolfo Grchmann. *Veja*, 6 de novembro de 1985.



Imagem 68 - Fila de trabalhadores de Marmeleiro para filiação no MST. Autor: Lina Faria. *Isto É*, 24/7/1985.



Imagem 69 - Cena da via no Acampamento da fazenda Annoni no Rio Grande do Sul. Autor: Eneida Serrano. *Isto É*, 19/2/1986.



Imagem 70 - Acampamento em Encruzilhada Natalino, local entre as cidades de Passo Fundo e Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Autor: Jorge Meditschi. *Veja*, 5 de agosto de 1981.



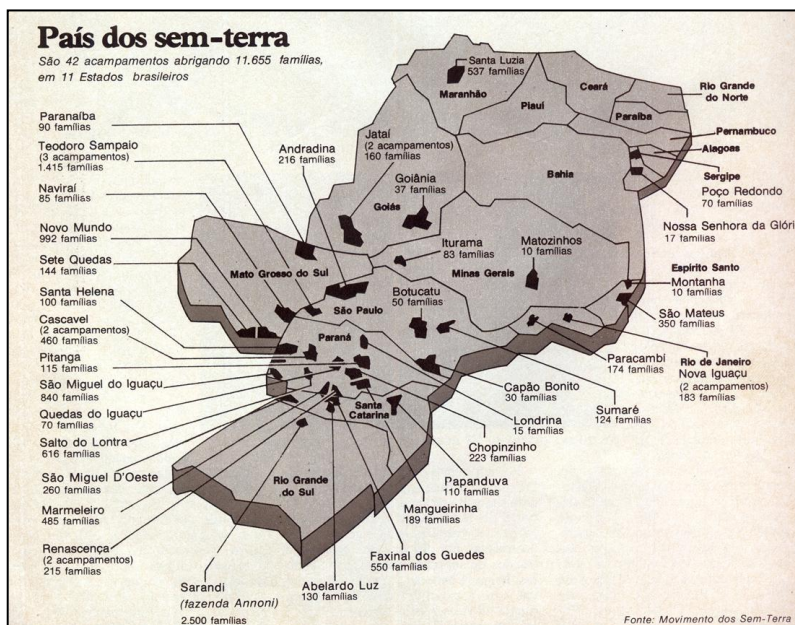
Imagem 71 - Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta/RS. Autor: Assis Hoffman. *Isto É*, 9/9/1981.



Imagem 72 - Placa do acampamento dos trabalhadores sem terra no Paraná. Autor: João Farkas. *Isto É*, 22/1/1986.

Compôs-se, então, a tríade de movimentos que marcou definitivamente a história da luta pela terra no Brasil, com a criação do MST em 1984 [Imagem 73]²¹.

Imagem 73 - Mapa com acampamentos de trabalhadores sem terra, inclusive Marmeleiro. Autor: MST. *Isto É*, 19/2/1986.



²¹ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Assassinatos no campo: crime e impunidade, 1964-1986*; MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*.

Epílogo

A história das relações de trabalho no campo e dos direitos dos trabalhadores rurais é um processo que ainda está sendo escrito. O que assistimos no decorrer da segunda metade do século XX é a crescente organização política e cidadã dos trabalhadores rurais brasileiros. Frente à tradicional violência empregada por séculos por proprietários e latifundiários locais, os trabalhadores rurais organizados compuseram uma nova força política no cenário nacional. O golpe de 1964 e a implantação da ditadura, porém, procurou solapar estes esforços fazendo um movimento inverso: favorecendo a concentração de terra e o latifúndio, perseguindo as organizações do trabalhador rural, Ligas, Sindicatos e Associações e fragilizando a fiscalização e investigação dos abusos em torno dos regimes trabalhistas no campo.

O regime ditatorial foi conivente com os processos ilegais e desumanos desencadeados em todas as regiões do país durante mais de vinte anos. A ditadura reforçou os poderes das elites locais, dos coronéis, dos latifundiários e das empresas do agronegócio. Significou um retrocesso em termos de aplicação real dos direitos do trabalhador rural, de preservação do



Imagem 74 - Leilão de gado para a fundação da UDR. Autor: Guinaldo Nicolaevsky. *Isto É*, 24/12/1986.

meio ambiente e da realização da Reforma Agrária. O assassinato do Padre Josimo, em 1986, assinalava que a Nova República também teria de enfrentar os conflitos violentos pela terra nas áreas rurais brasileiras. No mesmo ano do crime, fundara-se a União Democrática Ruralista, UDR, organização de latifundiários criada para fazer frente à crescente mobilização dos trabalhadores rurais [Imagens 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81].



Imagem 75 - Mapa da UDR em sua criação. *Veja*, 18 de junho de 1986.



Imagem 76 - Capa da revista *Veja* com o tema dos conflitos na terra. Autor: Orlando Brito. *Veja*, 19 de junho de 1985.



Imagem 77 - Capa da revista *Isto É* sobre os conflitos em torno da reforma agrária no Brasil. *Isto É*, 14 de maio de 1986.



Imagem 78 - Mapa com números de assassinatos em conflitos agrários no ano de 1985 apenas em uma parte do Brasil. Autor: Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária. *Isto É*, 14 de maio de 1986.



Imagem 79 - Mapa sobre luta e morte no campo entre os meses de janeiro e maio de 1986. *Veja*, 21 de maio de 1986.

Região	1985 até 31/5	1986 até 22/5
Norte	48	43
Nordeste	9	21
Sudeste	11	12
Centro-Oeste	2	20
Sul	—	4
TOTAL	70	100

Imagem 80 - Tabela com número de mortos em conflitos pela terra apenas nos primeiros seis meses de 1986. Autor: CCA/Mirad. *Isto É*, 4/6/1986.

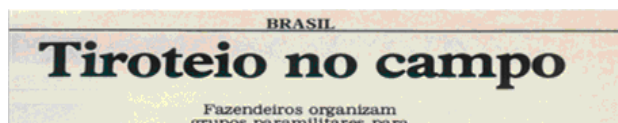


Imagem 81 - Manchete sobre formação de grupos paramilitares para combater os trabalhadores rurais. *Isto É*, 14 de maio de 1986.

A Nova República surge marcada pelo fortalecimento dos conflitos violentos pela terra e pela continuidade de uma luta já histórica dos trabalhadores rurais brasileiros [Imagem 82].



Imagem 82 - Lavradores gaúchos marcham por reforma agrária no Rio Grande do Sul. Autor: Eduardo Cunha. Veja 04/06/86.

Recebido em: 11/12/2013

Aprovado em: 03/02/2014